

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 669, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *que acrescenta artigo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para tornar obrigatória aos Titulares dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais a comunicação dos registros de óbitos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.*

RELATOR: Senador **ANÍBAL DINIZ**

I – RELATÓRIO

Submete-se, nesta oportunidade, ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 669, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande.

Em suma, a aludida proposição estabelece aos cartórios de registro civil das pessoas naturais o dever de, mensalmente, até o dia 10 de cada mês, comunicar a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) os óbitos registrados. O objetivo disso é facilitar o controle pela Receita Federal de fraudes realizadas com o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de pessoas falecidas.

A matéria atravessou tramitação conturbada, que a fez ficar adormecida nesta Casa por considerável tempo.

Foi, em 22 de novembro de 2007, encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa, onde não recebeu qualquer emenda no prazo regimental.



SF/13003.58245-01

No ano seguinte, em 9 de dezembro de 2008, foi apensada a diversas outras proposições e seguiu para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em 16 de julho de 2009, foi desapensada dessas várias proposições e retornou à CCJ, novamente, para decisão terminativa.

Incumbido da relatoria da matéria em 13 de agosto de 2009, o Senador Valter Pereira não chegou a oferecer relatório e, com o fim da legislatura, devolveu-a com fulcro no art. 89, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) em 10 de dezembro de 2010.

Revigorada a tramitação da matéria com base no art. 332 do RISF e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal, a proposição retornou à CCJ em 14 de janeiro de 2011 e, só em 22 de outubro de 2013, chegou à nossa relatoria para emissão de relatório.

Não houve a apresentação de emendas durante o prazo regimental.

II – ANÁLISE

A despeito do elevado espírito cívico e social inspirador da proposta em pauta, temos que não é viável o acolhimento do PLS nº 669, de 2007.

Já frequentou o Senado Federal idêntica proposição legislativa, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 26, de 2008, com o qual a proposição em pauta chegou a tramitar em conjunto por breve período.

O PLC nº 26, de 2008, dispunha sobre “a obrigatoriedade de os serviços de registros civis de pessoas naturais comunicarem à Receita Federal e à Secretaria de Segurança Pública os óbitos registrados”. O Senado Federal entendeu injurídica a parte dessa proposição que impunha a cientificação da Secretaria da Receita Federal pelos cartórios, conforme estes argumentos constantes do Parecer CCJ nº 358, de 2010, acolhido pela Comissão de Constituição e Justiça e sufragado pelo Plenário:

No que concerne à juridicidade, entretanto, a proposta se revela carente de ajustes, na parte em que alvitra a compulsoriedade de remessa de dados obituários pelos registros civis à Receita Federal. Isso porque **já existe norma disciplinando o tema em questão**, especialmente após a unificação das receitas previdenciária e federal sob a forma da Receita Federal do Brasil.

E, realmente, carece de **juridicidade** (por inadequação do meio eleito – a edição de lei – para se obter o fim almejado) e de adequação de **mérito** a proposição legislativa que obriga as serventias extrajudiciais de pessoas naturais – que já são obrigadas a comunicar os óbitos ao Poder Executivo (especificamente ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS – e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, conforme art. 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e art. 49 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973) – a endereçarem essa comunicação a mais uma instância desse Poder, a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Desde a criação da “Super Receita” por meio da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, houve a unificação da competência de cobrança dos créditos previdenciários e fiscais nas mãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil. A competência para a concessão e extinção de benefícios previdenciários, porém, não saiu dos auspícios do INSS. Assim, atualmente, os cartórios de registro civil das pessoas naturais, ao cientificarem a Previdência Social acerca dos óbitos, fazem-no ao INSS (ente vinculado ao Ministério da Previdência Social que lida com a concessão e cassação de benefícios), e não à Secretaria da Receita Federal, órgão inserto no âmbito do Ministério da Fazenda. Atualmente, as serventias se utilizam do SISOBINET (Sistema de Controle de Óbitos), sistema que se destina a viabilizar a comunicação fúnebre ao INSS e que impõe um trabalho considerável notadamente aos cartórios não informatizados.

Ora, o Poder Executivo, com eficiência, pode divulgar as informações de óbitos que recebe dos cartórios de registro civil por meio do INSS e do IBGE a outros entes e órgãos que delas necessitem, com inclusão da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

É demasiadamente oneroso impor aos cartórios de registro civil das pessoas naturais – que, em muitos casos, sequer possuem acesso à

Internet por conta da realidade de exclusão digital de muitos Municípios brasileiros e que tampouco possuem qualquer tipo de informatização (e, dificilmente, conseguirão essa modernização, em razão da pouca fartura que experimentam as serventias mais interiorizadas) – mais um ônus redundante: comunicar ao Poder Executivo o que este já sabe.

Será extremamente penoso a grande parte dos cartórios de registro civil das pessoas naturais assumir o dever supérfluo de comunicar, por meio do extenuante preenchimento de formulários, a mais uma instância do Poder Executivo dados de óbitos de que esse Poder já tem ciência por meio do INSS e do IBGE.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 669, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

